



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2022, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2022

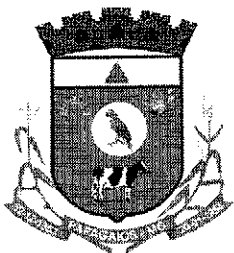
CONTRATO

Pelo presente instrumento particular, **MUNICÍPIO DE PAPAGAIOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.313.866/0001-18, com sede administrativa na Avenida Francisco Valadares da Fonseca, nº. 250, bairro Vasco Lopes, Papagaios/MG, CEP 35.669-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Mário Reis Filgueiras, inscrito no CPF/MF sob o nº. 526.534.556-68, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO** e a **JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR - EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.973.569/0001-45, com sede na Rua Paul Brasil, nº. 201, bairro Jardim Galante, Cedral/SP, CEP 15.895-000 a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Julio Cesar Gasparini Junior, inscrito no CPF/MF sob o nº. 337.889.768-61, resolvem firmar o presente contrato como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 050/2022, na modalidade Pregão presencial nº 081/2022, sob a regência das Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

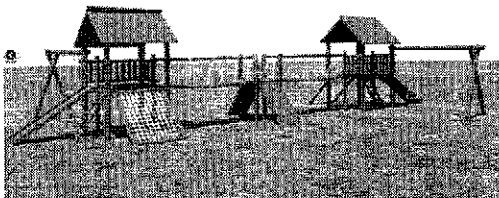

1.1. *Aquisições de Playground infantil de madeira tratada para utilização nas escolas, creches municipais, praças públicas e Poliesportivo Rômulo Chaves Nogueira*, conforme abaixo especificado:

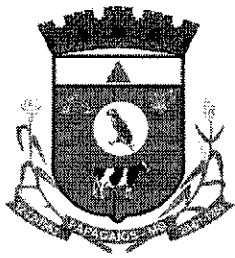
ITEM	QTE ESTIMADA	UN	DESCRIÇÃO MINUCIOSA DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	01	Unid.	Playground de Madeira fabricado em Eucalipto Tratado, madeira oriunda de floresta plantada, madeira ecológica e com alta durabilidade, tratada contra apodrecimento e cupins. Contendo: 2Plataformas com Telhado 2 Escalada de Corda 2 Rampa de Escalada 2 Escadas de Acesso 2 Escorregadores 2 Balanços com 2 lugares 2 Ponte Pênsil 3 a 12 anos 17,70 x 12,00m (área de circulação)	FLEX	21.800,00	21.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS

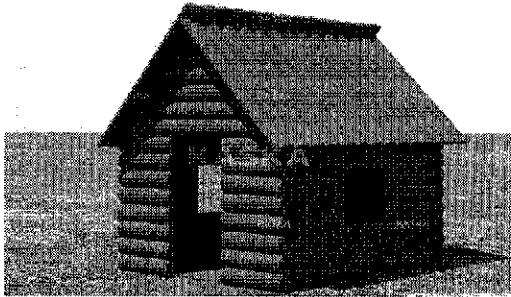
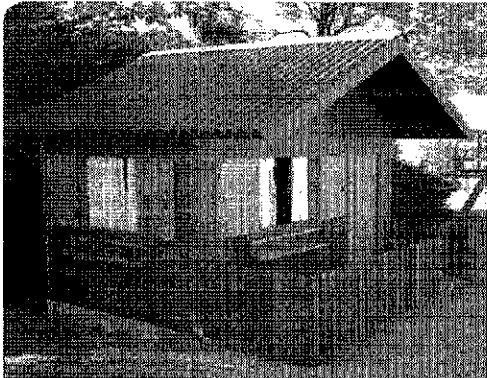
ESTADO DE MINAS GERAIS

			13,70 x 8,50m (medida)  Incluir Frete e instalação			
02	09	Unid.	Playground de Madeira fabricado em Eucalipto Tratado, madeira oriunda de floresta plantada, madeira ecológica e com alta durabilidade, tratada contra apodrecimento e cupins. Contendo: Plataforma com Telhado Escalada de Corda Escada Escorregador Balanço 2 lugares Ponte Pênsil Plataforma sem Telhado Rampa de Escalada 3 a 12 anos 8,00 x 9,00m (área de circulação) 7,20 x 5,80m (medida)  Incluir Frete e instalação	FLEX	14.150,00	127.350,00
03	09	Unid.	Casinha de Madeira fabricado em Eucalipto Tratado, madeira oriunda de floresta plantada, madeira ecológica e com alta durabilidade, tratada contra apodrecimento e cupins. Estilo Cabana; Madeiras com Encaixe; Madeira com acabamento em Stain Triplo Filtro Solar. 3,00 x 2,50m (área de circulação)	FLEX	6.656,00	59.904,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

			1,60 x 1,30m (medidas)  Incluir Frete e instalação			
04	01	Unid.	Casinha de Madeira com portas e janelas fabricado em Eucalipto Tratado, madeira oriunda de floresta plantada, madeira ecológica e com alta durabilidade, tratada contra apodrecimento e cupins. Estilo Casinha de Papai Noel Madeira com acabamento em Stain Triplo Filtro Solar. 2,5x 2,5m (medidas) Conforme anexo  Incluir Frete e instalação	FLEX	11.500,00	11.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O contratante pagará ao contratado, valor estimado de R\$ 220.554,00 (duzentos e vinte mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais).

2.2. O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pela Contratada.

2.3. O pagamento será realizado até o 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

2.4. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida.

2.5. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.6. O preço referido no item 2.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento do produto, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

2.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.8. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.9. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

2.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

3.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2002, o valor deste Contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

3.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

3.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Os produtos serão entregues em local determinado pela Administração, no prazo máximo de máximo 05 (cinco) dias úteis, mediante apresentação de ordem de fornecimento emitida pelo setor de compras.

4.2. Por motivo de força maior, a entrega poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outro local.

4.3. O recebimento do objeto, será efetuado pela Comissão de Recebimento, após a verificação da quantidade e qualidade do mesmo e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem defeitos ou incorreções.

4.4. O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será a Administração, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.5. Na ocorrência de atrasos na entrega, o CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

a) Notificar a CONTRATADA através da Administração, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento dos produtos.

b) Expedir, através da Administração, atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.

c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS

d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;

II - DA CONTRATADA:

a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

b) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.

c) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

d) Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

f) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

g) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação correrá pelas dotações orçamentárias nº.

Ficha	00272	
Órgão:	02	Prefeitura Municipal
Unidade:	02.04	SEC MUN TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBL
Sub-Unidade:	02.04.10	DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Funcional Programática:	15.452.0328.1119	AQUI. DE EQUIP E MAT. PER P/ SERV PRAÇAS
Elemento da Despesa:	4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recurso:	1.00.00	Recursos Não Vinculados de Impostos
Ficha	00557	
Órgão:	02	Prefeitura Municipal
Unidade:	02.06	SEC MUN DE ESPORTES LAZER E TURISMO
Sub-Unidade:	02.06.10	SETOR DE ESPORTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Funcional Programatica: 27.812.0224.1036	ESTRUTURAÇÃO CENTRO ESPORTIVO
Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recurso: 1.00.00	Recursos Não Vinculados de Impostos
Ficha: 00399	
Órgão: 02	Prefeitura Municipal
Unidade: 02.05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade: 02.05.10	ASSESSORIA TÉCNICA DE POLÍTICAS EDUCACI
Funcional Programatica: 12.361.0188.1214	AQUI. DE EQUIP E MAT. PER P/ ENS. FUNDAM
Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recurso: 2.01.00	Recursos Próprios - Educação mínimo 25%
Ficha: 00454	
Órgão: 02	Prefeitura Municipal
Unidade: 02.05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade: 02.05.10	ASSESSORIA TÉCNICA DE POLÍTICAS EDUCACI
Funcional Programatica: 12.365.0185.1229	AQUI. DE EQUIP E MAT. PER P/ ATIV CRECH
Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recurso: 2.01.00	Recursos Próprios - Educação mínimo 25%
Ficha: 00467	
Órgão: 02	Prefeitura Municipal
Unidade: 02.05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade: 02.05.10	ASSESSORIA TÉCNICA DE POLÍTICAS EDUCACI
Funcional Programatica: 12.365.0190.1231	AQUI. DE EQUIP E MAT. PER P/ ATIV PRE ES
Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recurso: 2.01.00	Recursos Próprios - Educação mínimo 25%

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

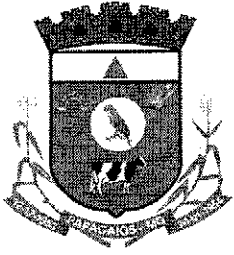
7.1. O prazo de vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2022, contado da data de sua assinatura.

7.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10^a (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

9.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

9.1.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos produtos fornecidos;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

9.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

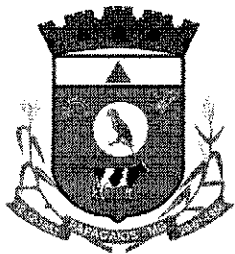
9.4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Papagaios, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da comarca de Pitangui/MG, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Papagaios, 12 de agosto de 2022.



Mário Reis Figueiras
Município de Papagaios/MG


Assinatura de forma digital por JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR - 11811108973569000145
DNE: eBR, CNPJ: 08.973.569/0001-45, Bispo José da Rio Preto, ou - AC SOLLUTI Multilabio, ou - 24491197000177, ou - Videconferencia, ou - Certificado P1 A1, ou - JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR - 11811108973569000145
Data: 2022.08.17 10:51:14 -0300

JULIO CESAR GASPARINI
JUNIOR -
EIRELI:08973569000145

Julio Cesar Gasparini Junior Eireli
CNPJ/MF 08.973.569/0001-45

Testemunhas:


CPF nº: 136.002.846-30


CPF nº: 000.016.846-71

